



## A luta foi intensa, mas os trabalhadores venceram

Os últimos anos, somando os anos desastrosos dos governos Temer e Bolsonaro, não têm sido dos melhores para o funcionalismo federal, quem o diga, os trabalhadores (as) da Ebserh que durante esse tempo acumulam desgastes descomunais com acordos que se arrastaram por meses, e alguns outros, por anos, sem até nos dias atuais terem tido respostas que finalizem as negociações.

Ao longo dessa tortuosa estrada em inúmeros momentos a categoria não teve outra alternativa que não fosse pressionar com paralisações e greves. Eram momentos de dialogar tanto com a base como com a sociedade. Foram momentos de coesão entre o Sindsep/MA e os trabalhadores, para que ambos, fizessem o Governo Federal entender o óbvio: que os funcionários precisavam ser respeitados.

E em meio às incertezas de acordos passados e nunca findados, o Sindsep/MA, a Condsef/Fenadsef, demais sindicatos filiados e os trabalhadores apresentaram à Ebserh mais uma proposta de ACT. E ali, naquele momento, apresentava-se mais uma mesa de negociação, sem que tivessem ao norte alguma certeza dentro de tantas incertezas.

E as negociações do ACT 2022/2023 foram tensas. A Ebserh manobrou e tentou protelar a



todo custo as negociações. Usou de todos os artifícios que estavam à sua disposição. Mas, os trabalhadores estavam unidos e decidiram por um movimento grevista unificado. Foram às ruas e jogaram para a sociedade a indisposição da Direção da Ebserh em negociar o ACT. Foram dias de muita mobilização e de debates intensos, mas ao fim, os trabalhadores tiveram seus anseios atendidos. Por fim, o Tribunal Superior do Trabalho (TST) apresentou um denominador comum que atendia as partes.

Ainda em novembro, após acórdão do TST, a Ebserh anunciou a aplicação do percentual de 11%, mais valores retroativos considerados a partir de março deste ano, na folha de pagamento de dezembro, a ser paga no início de janeiro.

O desfecho dessa negociação deu-se através da pressão posta pela categoria e da representatividade dos sindicatos durante todo o processo de mobilização. O Sindsep/MA participou ativamente de todo o processo, e dia após dia, organizou atividades e manteve a categoria coesa em busca do reconhecimento necessário que veio com a assinatura do acordo.

E assim, o ano de 2022, encerra-se com uma vitória significativa das entidades sindicais e dos trabalhadores sobre um governo que durante 4 anos negou direitos e desrespeitou toda uma categoria. Sejam sempre união para mantermos viva a chama de luta por qualidade de trabalho, melhor remuneração e igualdade de direitos.



## Luta por mais recursos no orçamento para servidor passa por aprovação de PEC da Transição

Representantes do Fonasefe, fórum que reúne entidades do conjunto dos servidores federais, foram recebidos pelo deputado federal Rogério Correia (PT-MG) nessa quarta-feira, 14. O funcionalismo está mobilizado para garantir um reajuste emergencial em 2023 que possa sanar perdas salariais que só nos últimos quatro anos de governo Bolsonaro chegam a 27%. Esse é o percentual que o Fonasefe defende como reajuste emergencial linear para os servidores do Executivo, ativos, aposentados e pensionistas, a maioria com salários congelados há seis anos.

O deputado reforçou que será necessário empenho para garantir a aprovação da PEC da Transição (PEC 32/22). A proposta pode destravar recursos e suprir falhas orçamentárias deixadas por Bolsonaro. Mas a garantia de mais recursos terá que passar também por um trabalho de mobilização no Congresso Nacional. "Sabemos que nada será conquistado sem muita luta e, por isso, já estamos nesse caminho", frisa o secretário-geral da Condsef/Fenadsef, Sérgio Ronaldo da Silva.

Há também, segundo Rogério Correia, o compromisso do presidente eleito Lula em reabrir o canal de negociações com servidores públicos imediatamente após assumir o mandato. A retirada de pauta da PEC 32, da reforma Administrativa de Bolsonaro-Guedes, é outro



compromisso. O diálogo com o novo governo será também fundamental para buscar avanços no atendimento das reivindicações mais urgentes do funcionalismo.

### Relator do Orçamento aponta 9% para servidores do Executivo

Essa semana, o relator do Orçamento 2023, senador Marcelo Castro (MDB-PI), anunciou o detalhamento de como devem ser destinados os R\$ 145 bilhões que serão liberados na proposta caso seja aprovada a PEC da Transição. Em seu relatório, Castro destacou que foi feito um ajuste do "valor do reajuste nas carreiras civis no âmbito do Poder Executivo a um aumento linear equivalente ao do Poder Judiciário".

Para o Fonasefe, a luta segue para alcançar uma recompo-

sição salarial maior. "Diante da disposição do orçamento de 2023, entendemos ser possível", destaca o fórum do qual a Condsef/Fenadsef faz parte. A categoria, inclusive, espera que seja discutida também a reposição de benefícios, como auxílio-alimentação, creche e plano de saúde, com valores congelados e corroídos pela inflação dos últimos anos.

Correia reforçou que servidores podem contar com seu apoio na busca por mais recursos quando estiver aprovada a PEC de Transição. A intenção será a de buscar esses recursos para que os servidores possam sentar na mesa de negociações e fazer a discussão de sua pauta emergencial.

Fonte: Condsef